

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

29ª Edição

Referências comparativas com o Novo CPC

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2015

© 2011 by Editora Atlas S.A.

As 24 edições anteriores desta obra foram publicadas pela Lumen
Juris; 25. ed. 2012 (3 impressões); 26. ed. 2013;
27. ed. 2014; 28. ed. 2015; 29. ed. 2015



Capa: Leonardo Hermano
Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carvalho Filho, José dos Santos

Manual de direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho. –
29. ed. – São Paulo : Atlas, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-97-00180-8

ISBN 978-85-97-00181-5 (PDF)

1. Direito administrativo 2. Direito administrativo – Brasil. I. Título.

12-00839

CDU-35

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo 35

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SUMÁRIO

Nota do autor, li

Nota à 29ª edição, liii

Abreviaturas e siglas, lv

1 Direito Administrativo e Administração Pública, 1

I Introdução, 1

1 O Estado, 1

2 Poderes e Funções, 2

3 Função Administrativa, 4

4 Federação, 6

4.1 Características, 6

4.2 Autonomia: Capacidade de Autoadministração, 7

5 Direito Administrativo, 7

5.1 Breve Introdução, 7

5.2 Conceito, 8

5.3 Relações com Outros Ramos Jurídicos, 9

II Administração Pública: Sentidos, 11

1 Sentido Objetivo, 11

2 Sentido Subjetivo, 11

- IV Poder de Polícia no Direito Positivo, 77
- V Competência, 78
- VI Poder de Polícia Originário e Delegado, 80
- VII Polícia Administrativa e Polícia Judiciária, 83
- VIII Fundamentos, 84
- IX Finalidade, 84
- X Âmbito de Incidência, 84
- XI Atuação da Administração, 85
 - 1 Atos Normativos e Concretos, 85
 - 2 Determinações e Consentimentos Estatais, 85
 - 3 Atos de Fiscalização, 86
- XII Limites, 87
- XIII Características, 87
 - 1 Discricionariedade e Vinculação, 87
 - 2 Autoexecutoriedade, 88
 - 3 Coercibilidade, 91
- XIV Legitimidade da Polícia Administrativa, 91
 - 1 Requisitos Gerais de Validade, 91
 - 2 Princípio da Proporcionalidade, 91
- XV Sanções de Polícia, 93
- XVI Súmulas, 96

4 Ato Administrativo, 97

- I Introdução, 97
 - 1 Fatos Administrativos, 97
 - 2 Atos da Administração, 98
 - 3 Atos Jurídicos e Atos Administrativos, 99
- II Conceito, 101
 - 1 Sujeitos da Manifestação de Vontade, 102
 - 2 Regime Jurídico de Direito Público, 102
 - 3 Silêncio Administrativo, 103
- III Elementos, 106
 - 1 Competência, 107
 - 1.1 Sentido, 107
 - 1.2 Fonte, 107
 - 1.3 Características, 108
 - 1.4 Critérios Definidores da Competência, 108
 - 1.5 Delegação e Avocação, 109
 - 2 Objeto, 110
 - 2.1 Sentido, 110
 - 2.2 Requisitos de Validade, 111
 - 2.3 Discricionariedade e Vinculação, 111

- 3 Forma, 112
 - 3.1 Sentido, 112
 - 3.2 Requisito de Validade, 112
 - 3.3 Princípio da Solenidade, 112
- 4 Motivo, 114
 - 4.1 Sentido, 114
 - 4.2 Discrecionalidade e Vinculação, 114
 - 4.3 Motivo e Motivação, 114
 - 4.4 Teoria dos Motivos Determinantes, 119
 - 4.5 Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato, 119
- 5 Finalidade, 121
 - 5.1 Sentido, 121
 - 5.2 Finalidade e Objeto, 122
- IV Características, 122
 - 1 Imperatividade, 122
 - 2 Presunção de Legitimidade, 123
 - 3 Autoexecutoriedade, 123
- V Mérito Administrativo, 125
 - 1 Sentido, 125
 - 2 Vinculação e Discrecionalidade, 126
 - 3 Controle do Mérito, 126
- VI Formação e Efeitos, 128
 - 1 Perfeição, 128
 - 2 Eficácia, 128
 - 3 Exequibilidade, 129
 - 4 Validade, 129
- VII Classificação, 130
 - 1 Critério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais, 130
 - 2 Critério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão, 131
 - 3 Critério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discrecionários, 131
 - 4 Critério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos, 132
 - 5 Critério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos, 133
 - 6 Critério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis, 134
 - 7 Critério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios, 134
- VIII Espécies, 135
 - 1 Espécies Quanto à Forma de Exteriorização, 136
 - 1.1 Decretos e Regulamentos, 136
 - 1.2 Resoluções, Deliberações e Regimentos, 137

- 1.3 Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimientos e Avisos, 138
- 1.4 Alvarás, 139
- 1.5 Ofícios, 139
- 1.6 Pareceres, 139
- 1.7 Certidões, Atestados e Declarações, 141
- 1.8 Despachos, 142
- 2 Espécies Quanto ao Conteúdo, 143
 - 2.1 Licença, 143
 - 2.2 Permissão, 144
 - 2.3 Autorização, 147
 - 2.4 Admissão, 148
 - 2.5 Aprovação, Homologação e Visto, 149
 - 2.6 Atos Sancionatórios, 150
 - 2.7 Atos Funcionais, 152
- IX Procedimento Administrativo, 152
- X Extinção dos Atos Administrativos, 153
 - 1 Extinção Natural, 153
 - 2 Extinção Subjetiva, 154
 - 3 Extinção Objetiva, 154
 - 4 Caducidade, 154
 - 5 Desfazimento Volitivo, 155
- XI Invalidação (ou Anulação), 155
 - 1 Teoria das Nulidades, 155
 - 1.1 Introdução, 155
 - 1.2 As Nulidades no Direito Privado, 156
 - 1.3 A Controvérsia Doutrinária, 156
 - 1.4 A Terminologia Adotada, 157
 - 2 Conceito e Pressuposto, 157
 - 3 Quem Pode Invalidar, 159
 - 4 Dever de Invalidar, 160
 - 5 Autotutela e Contraditório, 162
 - 6 Efeitos, 164
 - 7 Convalidação, 166
- XII Revogação, 168
 - 1 Conceito, 168
 - 2 Pressuposto, 169
 - 3 Fundamento, 169
 - 4 Origem, 170
 - 5 Efeitos, 170

- 6 Inocorrência, 171
- 7 Revogação da Revogação, 172
- XIII Súmulas, 173

5 Contratos Administrativos, 175

- I Introdução, 175
- II Contratos da Administração, 175
 - 1 Contratos Privados da Administração, 176
 - 2 Contratos Administrativos, 176
- III Conceito, 177
- IV Disciplina Normativa, 177
 - 1 Disciplina Constitucional, 177
 - 2 Disciplina Legal, 178
- V Sujeitos do Contrato, 179
 - 1 Cenário Geral, 179
 - 2 Normas Específicas: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 180
- VI Características, 182
 - 1 A Relação Contratual, 182
 - 2 A Posição Preponderante da Administração, 183
 - 3 O Sujeito Administrativo e o Objeto, 184
- VII Espécies, 184
 - 1 Contratos de Obras, 184
 - 1.1 Sentido, 184
 - 1.2 Condições Específicas de Contratação, 185
 - 1.3 Regimes de Execução, 185
 - 2 Contratos de Serviços, 186
 - 2.1 Serviços de Publicidade, 188
 - 3 Contratos de Fornecimento (ou Compras), 189
 - 4 Contratos de Concessão e de Permissão, 190
 - 5 Alienações e Locações, 192
 - 6 Outras Espécies, 194
- VIII Cláusulas de Privilégio, 195
 - 1 Sentido, 195
 - 2 Alteração Unilateral, 196
 - 3 Rescisão Unilateral, 198
 - 3.1 Motivos, 198
 - 3.2 Efeitos, 199
 - 3.3 A Exceção de Contrato Não Cumprido, 199
 - 4 Sanções Extracontratuais, 201
- IX Equação Econômico-Financeira, 201
 - 1 Sentido, 201

- 2 Efeitos, 201
- 3 Reajuste e Revisão, 202
- X Formalização, 204
 - 1 Instrumento, 204
 - 2 Solenidades, 204
 - 3 Cláusulas Essenciais, 205
 - 4 Garantias, 205
- XI Duração do Contrato, 206
- XII Prorrogação do Contrato, 208
- XIII Renovação do Contrato, 209
- XIV Inexecução do Contrato, 209
 - 1 Introdução, 209
 - 2 Inexecução Culposa, 210
 - 3 Inexecução Sem Culpa, 214
 - 3.1 Teoria da Imprevisão, 215
 - 3.2 O Fato do Príncipe, 216
 - 3.3 Caso Fortuito e Força Maior, 217
- XV Extinção do Contrato, 217
 - 1 Cumprimento do Objeto, 217
 - 2 Término do Prazo, 218
 - 3 Impossibilidade Material ou Jurídica, 218
 - 4 Invalidação, 219
 - 5 Rescisão, 220
 - 5.1 Rescisão Amigável, 220
 - 5.2 Rescisão Judicial, 221
 - 5.3 Rescisão Administrativa, 221
 - 5.4 Rescisão por Arbitragem, 223
- XVI Sanções Administrativas, 224
- XVII Crimes e Penas, 226
- XVIII Convênios Administrativos, 227
- XIX Consórcios Públicos, 231

6 Licitação, 239

- I Introdução, 239
- II Conceito, 240
- III Natureza Jurídica, 240
- IV Disciplina Normativa, 241
 - 1 Disciplina Constitucional, 241
 - 2 Disciplina Legal, 242
- V Destinatários, 243
- VI Fundamentos, 246

- 1 Moralidade Administrativa, 246
- 2 Igualdade de Oportunidades, 246
- VII Objeto, 247
- VIII Princípios, 247
 - 1 Princípios Básicos, 248
 - 1.1 Princípio da Legalidade, 248
 - 1.2 Princípios da Moralidade e da Impessoalidade, 248
 - 1.3 Princípio da Igualdade, 249
 - 1.4 Princípio da Publicidade, 249
 - 1.5 Princípio da Probidade Administrativa, 250
 - 1.6 Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, 250
 - 1.7 Princípio do Julgamento Objetivo, 251
 - 2 Princípios Correlatos, 251
- IX Dispensa de Licitação, 255
 - 1 Introdução, 255
 - 2 Critério de Valor, 257
 - 3 Situações Excepcionais, 258
 - 4 Gêneros Perecíveis e Obras de Arte, 259
 - 5 Desinteresse na Contratação, 260
 - 6 Entidades Sem Fins Lucrativos, 261
 - 7 Disparidade de Propostas, 263
 - 8 Intervenção no Domínio Econômico, 263
 - 9 Complementação do Objeto, 264
 - 10 Pessoas Administrativas, 264
 - 11 Locação e Compra de Imóvel, 266
 - 12 Negócios Internacionais, 267
 - 13 Pesquisa Científica e Tecnológica, 267
 - 14 Energia Elétrica, 268
 - 15 Transferência de Tecnologia, 269
 - 16 Consórcios Públicos e Convênios de Cooperação, 270
 - 17 Navios, Embarcações, Aeronaves e Tropas, 271
 - 18 Peças no Período de Garantia Técnica, 272
 - 19 Materiais de Uso Militar, 273
 - 20 Catadores de Materiais Recicláveis, 274
 - 21 Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 275
 - 22 Produtos Estratégicos para o SUS, 275
 - 23 Programa de Cisternas e Acesso à Água, 276
- X Inexigibilidade de Licitação, 276
 - 1 Fornecedor Exclusivo, 277
 - 2 Atividades Artísticas, 278
 - 3 Serviços Técnicos Especializados, 279

- XI Modalidades, 280
 - 1 Concorrência, 281
 - 1.1 Sentido, 281
 - 1.2 Tipos, 281
 - 1.3 Características, 282
 - 2 Tomada de Preços, 282
 - 2.1 Sentido, 282
 - 2.2 Registros Cadastrais, 283
 - 2.3 Características, 284
 - 3 Convite, 284
 - 4 Concurso, 286
 - 5 Leilão, 286
- XII Procedimento, 287
 - 1 Formalização, 287
 - 2 Edital, 288
 - 3 Habilitação, 291
 - 4 Procedimento Seletivo, 296
 - 4.1 Normas Gerais, 296
 - 4.2 Julgamento da Habilitação, 297
 - 4.3 Julgamento das Propostas, 297
 - 4.4 Fatores e Critérios de Julgamento, 298
 - 4.5 Tipos de Licitação, 298
 - 4.6 Classificação, 299
 - 5 Resultados e Efeitos, 300
 - 6 Homologação e Adjudicação, 302
 - 7 Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), 304
- XIII Anulação, 306
- XIV Revogação, 308
- XV Recursos Administrativos, 309
- XVI Infrações Administrativas, Crimes e Penas, 310
- XVII O Pregão: Nova Modalidade, 313
 - 1 Introdução, 313
 - 2 Âmbito de Incidência, 313
 - 3 Complementaridade da Disciplina, 314
 - 4 Facultatividade na Adoção, 314
 - 5 Característica Básica e Modalidades, 315
 - 6 Objeto da Contratação, 316
 - 7 Fase Interna, 318
 - 8 Fase Externa, 318
 - 9 Convocação, 319

- 10 Sessão, 320
- 11 Julgamento das Propostas, 321
- 12 Análise da Habilitação, 323
- 13 Classificação Final e Recursos, 324
- 14 Adjudicação e Homologação, 324
- 15 Vedações, 325
- 16 Sanções, 325
- 17 Desfazimento, 326
- 18 Formalização e Controle, 326
- XVIII Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 326
- XIX Serviços de publicidade, 329

7 Serviços Públicos, 331

- I Introdução, 331
- II Conceito, 332
- III Características, 333
 - 1 Sujeito Estatal, 333
 - 2 Interesse Coletivo, 334
 - 3 Regime de Direito Público, 334
- IV Classificação, 335
 - 1 Serviços Delegáveis e Indelegáveis, 335
 - 2 Serviços Administrativos e de Utilidade Pública, 336
 - 3 Serviços Coletivos e Singulares, 336
 - 4 Serviços Sociais e Econômicos, 337
- V Titularidade, 338
 - 1 Competência, 338
 - 2 Regulamentação, 341
 - 3 Controle, 342
- VI Princípios, 342
 - 1 Princípio da Generalidade, 343
 - 2 Princípio da Continuidade, 343
 - 3 Princípio da Eficiência, 348
 - 4 Princípio da Modicidade, 348
- VII Remuneração, 348
- VIII Usuários, 353
 - 1 Direitos, 353
 - 2 Deveres, 355
- IX Execução do Serviço, 355
 - 1 Execução Direta, 355
 - 2 Execução Indireta, 356
 - 2.1 Noção, 356

- 2.2 Descentralização, 356
 - 2.2.1 Delegação Legal, 358
 - 2.2.2 Delegação Negocial: Particulares em Colaboração, 359
- 3 Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos, 359
 - 3.1 Desestatização e Privatização, 360
 - 3.2 Gestão Associada, 364
 - 3.3 Regimes de Parceria (Terceiro Setor), 365
 - 3.3.1 Regime de Convênios Administrativos, 366
 - 3.3.2 Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais), 367
 - 3.3.3 Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs), 370
 - 3.3.4 Regime Geral das Parcerias Voluntárias, 374
- X Súmulas, 384

8 Concessão e Permissão de Serviços Públicos, 385

- I Introdução, 385
- II Fontes Normativas, 387
 - 1 Fonte Constitucional, 387
 - 2 Fonte Infraconstitucional, 387
- III Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum), 388
 - 1 Modalidades, 388
 - 2 Concessão de Serviço Público Simples, 388
 - 2.1 Conceito, 388
 - 2.2 Objeto, 389
 - 3 Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública, 390
 - 3.1 Nomenclatura, 390
 - 3.2 Conceito, 391
 - 3.3 Objeto, 391
 - 4 Natureza Jurídica, 392
 - 4.1 O Caráter Contratual, 392
 - 4.2 Concessão e Permissão, 394
 - 5 A Relação Contratual, 395
 - 6 A Supremacia do Concedente, 395
 - 7 A Natureza do Concessionário e do Concedente, 396
 - 8 Concessão a Empresas Estatais, 396
 - 9 Exigência de Licitação, 398
 - 9.1 O Caráter de Obrigatoriedade, 398
 - 9.2 Modalidade Licitatória, 399
 - 9.3 O Edital, 399
 - 9.4 Critérios de Julgamento, 400
 - 9.5 Fatores de Desclassificação, 401
 - 9.6 Participação de Empresas Estatais, 401

- 10 Mutabilidade, 402
- 11 Política Tarifária, 404
- 12 Análise do Pacto de Concessão, 408
 - 12.1 Autorização Legal, 408
 - 12.2 Cláusulas Essenciais, 409
 - 12.3 A Responsabilidade do Concessionário, 411
 - 12.4 Transferência de Encargos, 413
 - 12.5 Alteração do Concessionário, 413
 - 12.6 Cessão de Créditos Operacionais, 414
- 13 Encargos do Concedente, 415
 - 13.1 Fiscalização, 415
 - 13.2 Intervenção na Propriedade Privada, 416
 - 13.3 Outros Encargos Pertinentes, 417
- 14 Encargos do Concessionário, 417
 - 14.1 O Serviço Adequado, 418
 - 14.2 Transparência na Execução, 418
 - 14.3 As Contratações do Concessionário, 419
- 15 Direitos e Obrigações dos Usuários, 419
- 16 Prazo da Concessão, 422
- 17 Intervenção na Concessão, 423
 - 17.1 Sentido, 423
 - 17.2 Procedimento, 423
- 18 Extinção, 424
 - 18.1 Termo Final do Prazo, 425
 - 18.2 Anulação, 425
 - 18.3 Rescisão, 425
 - 18.4 Caducidade, 427
 - 18.5 Encampação, 428
 - 18.6 Falência e Extinção da Concessionária, 429
- 19 Reversão, 430
- 20 Concessões Anteriores, 431
- 21 Controle dos Serviços Concedidos, 433
- 22 Concessão Florestal, 434
- IV Permissão de Serviços Públicos, 436
 - 1 Conceito e Objeto, 436
 - 2 Natureza Jurídica, 437
 - 3 Diferença entre Concessão e Permissão, 437
 - 4 A Permissão Condicionada, 440
 - 5 Referências Constitucionais, 440
 - 6 Responsabilidade Civil, 441

- 7 Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões, 441
 - 8 Extinção, 442
 - 8.1 Termo Final do Prazo, 442
 - 8.2 Anulação, 443
 - 8.3 Encampação, 443
 - 8.4 Caducidade, 444
 - 8.5 Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão), 444
 - V Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias público-privadas), 445
 - 1 Introdução, 445
 - 2 Conceito e Natureza Jurídica, 447
 - 3 Modalidades e Incidência Normativa, 448
 - 4 Objeto, 449
 - 5 Características e Diretrizes, 451
 - 6 Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações, 453
 - 7 Contraprestação e Garantias, 455
 - 8 Sociedade de Propósito Específico, 459
 - 9 Licitações, 460
 - 9.1 Introdução, 460
 - 9.2 Modalidade e Condições, 461
 - 9.3 Edital, 462
 - 9.4 Procedimento, 464
 - VI Autorização, 465
 - VII Súmulas, 469
- 9 Administração Direta e Indireta, 471**
- I Noções Introdutórias, 471
 - 1 Federação e Autonomia, 471
 - 2 Poderes e Funções. A Função Administrativa, 472
 - 3 Administração Pública, 473
 - 4 Organização Administrativa: Centralização e Descentralização, 473
 - 5 Princípios Regedores da Administração Pública, 474
 - II Administração Direta, 475
 - 1 Conceito, 475
 - 2 Natureza da Função, 475
 - 3 Abrangência, 476
 - 4 Composição, 476
 - 5 Contratos de Gestão, 477
 - III Administração Indireta, 479
 - 1 Conceito, 479
 - 2 Natureza da Função, 479
 - 3 Abrangência, 480

- 4 Composição, 480
- 5 Administração Fundacional, 482
- 6 Entidades Paraestatais, 482
- 7 Princípios da Administração Indireta, 484
 - 7.1 Princípio da Reserva Legal, 484
 - 7.2 Princípio da Especialidade, 485
 - 7.3 Princípio do Controle, 486
- 8 Categorias Jurídicas, 487
- IV Autarquias, 488
 - 1 Introdução, 488
 - 1.1 Terminologia, 488
 - 1.2 Autarquia e Autonomia, 488
 - 1.3 Autarquias Institucionais e Territoriais, 489
 - 2 Conceito, 489
 - 3 Referências Normativas, 490
 - 4 Personalidade Jurídica, 490
 - 5 Criação, Organização e Extinção, 492
 - 6 Objeto, 492
 - 7 Classificação, 493
 - 7.1 Quanto ao Nível Federativo, 493
 - 7.2 Quanto ao Objeto, 494
 - 7.3 Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial), 498
 - 8 Patrimônio, 503
 - 9 Pessoal, 503
 - 10 Controle Judicial, 504
 - 11 Foro dos Litígios Judiciais, 505
 - 12 Atos e Contratos, 506
 - 13 Responsabilidade Civil, 507
 - 14 Prerrogativas Autárquicas, 507
 - 15 Agências Autárquicas Reguladoras e Executivas, 509
 - 15.1 Agências Reguladoras, 510
 - 15.2 Agências Executivas, 512
 - 16 Associações Públicas, 514
- V Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, 515
 - 1 Introdução, 515
 - 2 Conceito, 516
 - 3 Referências Normativas, 517
 - 4 Personalidade Jurídica, 517
 - 5 Criação e Extinção, 518
 - 5.1 Subsidiárias, 518

- 6 Objeto, 520
- 7 Regime Jurídico, 522
 - 7.1 Regime Tributário, 525
- 8 Diferenças entre as Entidades, 527
 - 8.1 A Constituição do Capital, 528
 - 8.2 A Forma Jurídica, 529
 - 8.3 O Foro Processual para Entidades Federais, 530
- 9 Patrimônio, 531
- 10 Pessoal, 532
- 11 Atos e Contratos, 534
- 12 Falência e Execução, 536
- 13 Responsabilidade Civil, 539
- VI Fundações Públicas, 540
 - 1 Introdução, 540
 - 2 A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações, 541
 - 2.1 Conceito no Decreto-lei nº 200/1967, 544
 - 2.2 O Tratamento da Matéria, 545
 - 3 Característica Fundamental, 546
 - 4 Objeto, 546
 - 5 Criação e Extinção, 547
 - 6 Regime Jurídico, 548
 - 6.1 Prerrogativas, 549
 - 6.2 Privilégios Tributários, 549
 - 7 Patrimônio, 550
 - 8 Pessoal, 550
 - 9 Controle, 551
 - 9.1 Controle Institucional, 551
 - 9.2 Controle do Ministério Público, 551
 - 9.3 Controle Judicial, 552
 - 10 Foro dos Litígios, 553
 - 11 Atos e Contratos, 553
 - 12 Responsabilidade Civil, 553
- VII Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado, 554
 - 1 Introdução, 554
 - 2 Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos), 554
 - 2.1 Sentido, 554
 - 2.2 Natureza Jurídica, 555
 - 2.3 Criação, 555
 - 2.4 Objeto, 556
 - 2.5 Recursos Financeiros, 557

- 2.6 Ausência de Fins Lucrativos, 558
- 2.7 Controle, 558
- 2.8 Outros Aspectos do Regime Jurídico, 559
- 2.9 Privilégios Tributários, 563
- 3 Organizações Colaboradoras (ou Parceiras), 564
- VIII Anteprojeto de Normas Gerais da Administração Pública, 565
- IX Súmulas, 566

10 Responsabilidade Civil do Estado, 569

- I Introdução, 569
 - 1 Responsabilidade. Noção Jurídica, 569
 - 1.1 Tipos de Responsabilidade, 570
 - 2 Responsabilidade Civil, 570
 - 3 O Dano e a Indenização, 571
 - 4 Os Sujeitos do Cenário, 572
- II Evolução, 572
 - 1 A Irresponsabilidade do Estado, 572
 - 2 Teoria da Responsabilidade com Culpa, 573
 - 3 Teoria da Culpa Administrativa, 573
 - 4 Teoria da Responsabilidade Objetiva, 574
 - 5 Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo, 574
- III Direito Brasileiro, 575
 - 1 O Código Civil, 575
 - 2 Constituição Federal, 576
 - 3 Análise dos Elementos Constitucionais, 578
 - 3.1 Pessoas Responsáveis, 578
 - 3.2 Agentes do Estado, 580
 - 3.3 A Duplicidade de Relações Jurídicas, 581
- IV Aplicação da Responsabilidade Objetiva, 582
 - 1 Pressupostos, 582
 - 2 Ônus da Prova: Inversão, 584
 - 3 Participação do Lesado, 584
 - 4 Fatos Imprevisíveis, 585
 - 5 Atos de Multidões, 587
 - 6 Danos de Obra Pública, 588
 - 7 Condutas Omissivas, 589
 - 8 Responsabilidade Primária e Subsidiária, 592
- V Atos Legislativos, 593
 - 1 Regra Geral, 593
 - 2 Leis Inconstitucionais, 595

- 4.2 Estabilização Constitucional, 699
- 4.3 Estágio Probatório, 700
- 4.4 Estabilidade e Efetividade, 703
- 4.5 Demissão e Exoneração, 703
- 4.6 Exoneração Conversível em Demissão, 707
- 4.7 Servidores Trabalhistas, 708
- 4.8 Vitaliciedade, 711
- 5 Regime Previdenciário: Aposentadorias e Pensões, 712
 - 5.1 Previdência do Servidor Público, 712
 - SENTIDO, 712
 - REGIMES DE PREVIDÊNCIA, 712
 - CONTRIBUTIVIDADE E SOLIDARIEDADE, 716
 - CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS, 719
 - FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS, 721
 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, 722
 - 5.2 Aposentadoria, 726
 - CONCEITO, 726
 - REGIME JURÍDICO, 728
 - MODALIDADES, 729
 - APOSENTADORIA DOS PROFESSORES, 734
 - REQUISITOS E CRITÉRIOS DIFERENCIADOS (APOSENTADORIA ESPECIAL), 734
 - PROVENTOS, 736
 - CUMULAÇÃO DE PROVENTOS, 739
 - REVISÃO DE PROVENTOS, 742
 - CONTAGEM DE TEMPO, 743
 - DIREITO ADQUIRIDO, 745
 - SITUAÇÕES CONSUMADAS, 748
 - SITUAÇÕES TRANSITÓRIAS, 750
 - SITUAÇÕES TRANSITÓRIAS EM FACE DA EC Nº 20/1998, 752
 - SITUAÇÕES TRANSITÓRIAS EM FACE DA EC Nº 41/2003, 754
 - RENÚNCIA À APOSENTADORIA (DESAPOSENTAÇÃO), 755
 - CASSAÇÃO DA APOSENTADORIA, 757
 - APOSENTADORIA PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 757
 - 5.3 Pensões, 758
 - SENTIDO, 758
 - DISCIPLINA JURÍDICA, 759
- 6 Disponibilidade, 762
 - 6.1 Sentido, 762
 - 6.2 Pressupostos, 762
 - 6.3 Incidência, 763

- 6.4 Efeitos, 764
- 6.5 A Questão dos Proventos, 765
- 7 Mandato Eletivo, 767
- 8 Sistema Constitucional de Remuneração, 769
 - 8.1 Remuneração, 769
 - REMUNERAÇÃO BÁSICA, 769
 - VANTAGENS PECUNIÁRIAS, 772
 - 8.2 Revisão Remuneratória, 776
 - 8.3 Irredutibilidade, 779
 - 8.4 Isonomia, 781
 - 8.5 Vinculação e Teto, 782
 - 8.6 Pagamento com Atraso, 788
 - 8.7 Pagamento a maior, 790
- 9 Associação Sindical e Direito de Greve, 790
 - 9.1 Associação Sindical, 790
 - 9.2 Greve, 792
- 10 Direitos Sociais dos Servidores, 797
- VI Responsabilidade dos Servidores Públicos, 799
 - 1 Responsabilidade Civil, 800
 - 2 Responsabilidade Penal, 801
 - 3 Responsabilidade Administrativa, 802
 - 4 Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa, 803
 - 4.1 Repercussão na Esfera Civil, 803
 - 4.2 Repercussão na Esfera Administrativa, 804
 - 4.3 Crimes Funcionais, 804
 - 4.4 Condenação, 804
 - 4.5 Absolvição, 805
 - 4.6 Crimes Não Funcionais, 806
 - 4.7 Condenação, 806
 - 4.8 Absolvição, 807
 - 4.9 Absolvição na Esfera Administrativa, 807
- VII Súmulas, 807
- 12 Intervenção do Estado na Propriedade, 811**
 - I Introdução, 811
 - 1 Breve Histórico, 811
 - 2 Propriedade, 812
 - II Intervenção do Estado, 813
 - 1 Sentido, 813
 - 2 Quadro Normativo Constitucional, 814
 - III Competência, 814

- IV Fundamentos, 815
 - 1 Supremacia do Interesse Público, 815
 - 2 Função Social da Propriedade, 816
- V Modalidades, 817
- VI Servidão Administrativa, 818
 - 1 Sentido e Natureza Jurídica, 818
 - 2 Fundamentos, 819
 - 3 Objeto, 820
 - 4 Formas de Instituição, 821
 - 5 Extinção, 823
 - 6 Indenização, 823
 - 7 Características, 825
- VII Requisição, 825
 - 1 Sentido, 825
 - 2 Fundamentos, 826
 - 3 Objeto e Indenização, 827
 - 4 Instituição e Extinção, 827
 - 5 Características, 828
- VIII Ocupação Temporária, 829
 - 1 Sentido e Objeto, 829
 - 2 Fundamentos, 830
 - 3 Modalidades e Indenização, 830
 - 4 Instituição e Extinção, 831
 - 5 Características, 832
- IX Limitações Administrativas, 832
 - 1 Sentido, 832
 - 2 Natureza Jurídica, 834
 - 3 Fundamentos, 835
 - 4 Indenização, 835
 - 5 Características, 836
- X Tombamento, 836
 - 1 Sentido, 836
 - 2 Fonte Normativa, 837
 - 3 Fundamento, 838
 - 4 Objeto, 839
 - 5 Natureza Jurídica, 840
 - 6 Espécies, 841
 - 7 Instituição, 842
 - 7.1 Desfazimento, 844
 - 8 Processo Administrativo, 845
 - 9 Efeitos, 846

10 Controle, 848

11 Outros Instrumentos Protetivos, 849

XI Súmulas, 850

13 Desapropriação, 851

I Introdução, 851

II Conceito, 852

III Natureza Jurídica, 853

IV Pressupostos, 853

V Fontes Normativas e Espécies, 854

VI Objeto, 857

1 Regra Geral, 857

2 Bens Públicos, 858

3 Bens de Entidades da Administração Indireta, 859

4 Margens dos Rios Navegáveis, 861

VII Forma de Aquisição, 861

VIII Competências, 862

1 Competência Legislativa, 862

2 Competência Declaratória, 863

3 Competência Executória, 864

IX Destinação dos Bens Desapropriados, 865

1 Regra Geral, 865

2 Casos Especiais, 866

2.1 Desapropriação por Zona, 866

2.2 Desapropriação Urbanística, 867

2.3 Desapropriação por Interesse Social, 868

2.4 Desapropriação-Confisco, 868

X Fase Declaratória, 869

1 Declaração Expropriatória, 869

2 Conteúdo, 869

3 Formalização, 871

4 Natureza Jurídica, 872

4.1 Controle Judicial, 872

5 Efeitos, 873

6 Caducidade, 874

XI Fase Executória, 875

1 Via Administrativa, 875

2 Via Judicial, 876

XII Ação de Desapropriação, 877

1 Partes, 877

2 A Pretensão, 878

- 3 A Contestação, 879
- 4 Imissão Provisória na Posse, 880
 - 4.1 Permissão Legal, 880
 - 4.2 Pressupostos, 881
 - 4.3 Urgência, 881
 - 4.4 Depósito Prévio, 882
 - 4.5 Levantamento Parcial do Depósito, 883
- 5 Prova Pericial, 884
- 6 Intervenção do Ministério Público, 885
- 7 Sentença, 886
- 8 Transferência da Propriedade, 887
- XIII Indenização, 888
 - 1 Regra Geral, 888
 - 2 Situações Especiais, 891
 - 3 Enfitéuse, Jazidas e Direito de Superfície, 891
 - 4 Juros Moratórios e Compensatórios, 893
 - 4.1 Juros Moratórios, 893
 - 4.2 Juros Compensatórios, 896
 - 4.3 Cumulatividade, 898
 - 5 Atualização Monetária, 899
 - 6 Honorários, 900
 - 7 Direitos de Terceiros, 902
- XIV Desistência da Desapropriação, 903
- XV Desapropriação Indireta, 904
 - 1 Sentido, 904
 - 2 Fundamento, 905
 - 3 Proteção Possessória, 906
 - 4 Ação do Expropriado, 907
 - 4.1 Caracterização, 907
 - 4.2 Natureza e Legitimidade para a Ação, 908
 - 4.3 Foro da Ação, 909
 - 4.4 Prescrição da Ação (Pretensão), 910
 - 4.5 Acréscimos Indenizatórios, 913
 - 4.6 Despesas Processuais, 915
 - 5 Aposseamento Administrativo, 916
- XVI Direito de Extensão, 917
 - 1 Sentido, 917
 - 2 Fundamento, 918
 - 3 Outros Aspectos, 919
 - 3.1 Admissibilidade, 919
 - 3.2 Oportunidade do Exercício do Direito, 919

XVII Retrocessão, 920

- 1 Noção Jurídica, 920
- 2 Natureza do Direito, 921
- 3 Aspectos Especiais, 923
 - 3.1 Tredestinação, 923
 - 3.2 Demora na Utilização do Bem, 925
 - 3.3 Prescrição, 925
 - 3.4 Alienação por Acordo, 926

XVIII Desapropriação Rural, 926

- 1 Introdução, 926
 - 2 Aspectos Especiais, 927
 - 2.1 Competência, 927
 - 2.2 Função Social Rural, 927
 - 2.3 Indenização, 928
 - 2.4 Inaplicabilidade da Desapropriação, 929
 - 3 Procedimento Expropriatório, 929
 - 3.1 Procedimento Administrativo, 930
 - 3.2 Procedimento Judicial, 932
- FASES POSTULATÓRIA E INSTRUTÓRIA, 932
- FASES DECISÓRIA E RECURSAL, 934

XIX Desapropriação Confiscatória, 935**XX Desapropriação Urbanística Sancionatória, 938****XXI Súmulas, 940****14 Atuação do Estado no Domínio Econômico, 943****I Introdução, 943**

- 1 O Liberalismo Econômico, 943
- 2 Modelo Interventivo, 944
- 3 Constitucionalização Normativa, 945
- 4 Quadro Normativo, 946

II Ordem Econômica, 946

- 1 Fundamentos, 946
 - 1.1 Valorização do Trabalho Humano, 947
 - 1.2 Liberdade de Iniciativa, 947
- 2 Princípios, 948

III Formas de Atuação do Estado, 949**IV Estado Regulador, 949**

- 1 Sentido, 949
- 2 Natureza da Atuação, 950
- 3 Competências, 951
- 4 Repressão ao Abuso do Poder Econômico, 952

- 4.1 Sentido, 952
- 4.2 Formas de Abuso, 953
- 4.3 Trustes, Cartéis e *Dumping*, 954
- 4.4 Normas e Meios Repressivos, 954
- 5 Controle do Abastecimento, 957
- 6 Tabelamento de Preços, 958
- 7 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 959
- V Estado Executor, 962
 - 1 Formas, 963
 - 2 Exploração Direta, 963
 - 2.1 Regra Geral, 963
 - 2.2 Pressupostos, 965
 - 3 Exploração Indireta, 965
 - 3.1 Sentido, 965
 - 3.2 As Empresas do Estado, 966
 - 3.3 Regime Jurídico, 967
 - 3.4 Privilégios Fiscais, 969
- VI Monopólio Estatal, 969
 - 1 Sentido, 969
 - 2 Natureza Jurídica, 970
 - 3 Monopólio e Privilégio, 970
 - 4 Atividades Monopolizadas, 971
- VII Súmulas, 972

15 Controle da Administração Pública, 973

- I Introdução, 973
 - 1 Controle Político e Controle Administrativo, 973
 - 2 Fundamentos, 974
- II Controle, 975
 - 1 Sentido, 975
 - 2 Objetivo, 976
 - 3 Natureza Jurídica, 976
 - 4 Classificação, 977
 - 4.1 Quanto à Natureza do Controlador, 977
 - 4.2 Quanto à Extensão do Controle, 977
 - 4.3 Quanto à Natureza do Controle, 978
 - 4.4 Quanto ao Âmbito da Administração, 979
 - 4.5 Quanto à Oportunidade, 980
 - 4.6 Quanto à Iniciativa, 980
- III Controle Administrativo, 981
 - 1 Sentido, 981
 - 2 Objetivos, 981

- 3 Meios de Controle, 982
 - 3.1 Controle Ministerial, 982
 - 3.2 Hierarquia Orgânica, 982
 - 3.3 Direito de Petição, 983
 - 3.4 Revisão Recursal, 984
 - 3.5 Controle Social, 984
 - 3.6 Outros Instrumentos Legais, 985
- 4 Recursos Administrativos, 986
 - 4.1 Sentido, 986
 - 4.2 Fundamentos e Objetivo, 987
 - 4.3 Natureza Jurídica, 988
 - 4.4 Formalização, 988
 - 4.5 Classificação, 990
 - 4.6 Espécies, 991
 - NOMENCLATURA USUAL, 991
 - REPRESENTAÇÃO, 991
 - RECLAMAÇÃO, 992
 - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, 993
 - REVISÃO, 993
 - 4.7 Efeitos, 994
 - 4.8 Exigência de Garantia, 995
 - 4.9 *Reformatio in Pejus*, 997
 - 4.10 Exaustão da Via Administrativa, 998
- 5 Coisa Julgada Administrativa, 1000
- 6 Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa), 1001
 - PRAZOS EXTINTIVOS PARA OS ADMINISTRADOS, 1003
 - PRAZOS EXTINTIVOS PARA A ADMINISTRAÇÃO, 1004
- 7 Processo Administrativo, 1005
 - 7.1 Introdução, 1005
 - PROCESSO E PROCEDIMENTO, 1005
 - SISTEMATIZAÇÃO, 1007
 - 7.2 Sentido, 1008
 - 7.3 Classificação, 1008
 - PROCESSOS NÃO LITIGIOSOS, 1008
 - PROCESSOS LITIGIOSOS, 1009
 - 7.4 Objeto, 1009
 - GENÉRICO, 1009
 - OBJETOS ESPECÍFICOS, 1010
 - 7.5 Princípios, 1011
 - DEVIDO PROCESSO LEGAL, 1011
 - OFICIALIDADE, 1012
 - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, 1013

- PUBLICIDADE, 1014
- INFORMALISMO PROCEDIMENTAL, 1015
- VERDADE MATERIAL, 1016
- 7.6 Processo Administrativo na Administração Federal, 1017
 - DISCIPLINA, 1017
 - PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS, 1018
 - ASPECTOS ESPECIAIS, 1018
- 7.7 Processo Administrativo-Disciplinar, 1022
 - SENTIDO E FUNDAMENTO, 1022
 - BASE NORMATIVA, 1022
 - OBJETO, 1023
 - SINDICÂNCIA, 1024
 - INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, 1025
 - PROCESSO DISCIPLINAR PRINCIPAL, 1026
 - PROCEDIMENTO, 1027
 - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, 1034
 - MEIOS SUMÁRIOS, 1034
- 8 Arbitragem, 1035
- 9 Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas (Lei Anticorrupção), 1037
- IV Controle Legislativo, 1040
 - 1 Sentido e Fundamento, 1040
 - 2 Espécies de Controle, 1040
 - 2.1 Controle Político, 1040
 - 2.2 Controle Financeiro, 1042
 - SENTIDO, 1042
 - ABRANGÊNCIA, 1042
 - FORMAS DE CONTROLE, 1043
 - ÁREAS FISCALIZADAS, 1043
 - NATUREZA DO CONTROLE, 1044
 - 3 Tribunal de Contas, 1045
- V Controle Judicial, 1050
 - 1 Sentido, 1050
 - SÚMULAS VINCULANTES, 1051
 - 2 Sistemas de Controle, 1054
 - 2.1 Sistema do Contencioso Administrativo, 1054
 - 2.2 Sistema da Unidade de Jurisdição, 1055
 - 3 Natureza, 1056
 - 4 Oportunidade, 1056
 - 5 Atos sob Controle Especial, 1057
 - 5.1 Atos Políticos, 1057
 - 5.2 Atos Legislativos Típicos, 1058

- 5.3 Atos *Interna Corporis*, 1059
- 6 Instrumentos de Controle, 1061
 - 6.1 Meios Inespecíficos, 1061
 - 6.2 Meios Específicos, 1061
- 7 Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública, 1062
 - 7.1 Sentido, 1062
 - 7.2 Fonte Normativa, 1062
 - 7.3 Direitos Pessoais e Reais, 1063
 - 7.4 Interrupção e Suspensão, 1065
 - 7.5 Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações, 1066
 - 7.6 Prescrição Intercorrente, 1068
 - 7.7 Apreciação no Processo, 1068
- 8 Mandado de Segurança, 1069
 - 8.1 Conceito, 1069
 - 8.2 Espécies e Fontes Normativas, 1070
 - 8.3 A Tutela, 1070
 - 8.4 Impetrante, 1071
 - 8.5 Impetrado, 1072
 - 8.6 Formas de Tutela, 1074
 - 8.7 Descabimento, 1074
 - 8.8 Medida Liminar, 1077
 - 8.9 Competência, 1078
 - 8.10 Prazo, 1080
 - 8.11 Sentença e Coisa Julgada, 1080
 - 8.12 Mandado de Segurança Coletivo, 1081
 - IMPETRANTES, 1082
 - TUTELA, 1082
 - LIMINAR, 1082
 - SENTENÇA E COISA JULGADA, 1083
 - LITISPENDÊNCIA, 1083
 - 8.13 Aspectos Especiais, 1084
 - ATOS OMISSIVOS, 1084
 - NOTIFICAÇÃO E CIÊNCIA, 1085
 - MINISTÉRIO PÚBLICO, 1085
 - PRIORIDADE, 1086
 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, 1086
- 9 *Habeas Corpus*, 1087
 - 9.1 Conceito e Fontes Normativas, 1087
 - 9.2 Pressupostos Constitucionais, 1087
 - 9.3 Espécies, 1088

- 9.4 Constrangimento Ilegal, 1088
- 9.5 Competência, 1089
- 10 Ação Popular, 1090
 - 10.1 Conceito e Fontes Normativas, 1090
 - 10.2 Bens Tutelados, 1090
 - 10.3 Competência, 1090
 - 10.4 Legitimação Ativa e Passiva, 1091
 - 10.5 Objeto da Ação, 1092
 - 10.6 Liminar, 1093
 - 10.7 Sentença e Coisa Julgada, 1093
- 11 Mandado de Injunção, 1095
 - 11.1 Conceito e Fonte Normativa, 1095
 - 11.2 Pressupostos, 1095
 - 11.3 Bens Tutelados, 1096
 - 11.4 Competência, 1096
 - 11.5 Legitimação Ativa e Passiva, 1097
 - 11.6 Liminar, 1098
 - 11.7 Decisão, 1098
- 12 *Habeas Data*, 1100
 - 12.1 Conceito e Fonte Normativa, 1100
 - 12.2 Bem Tutelado, 1100
 - 12.3 Partes, 1101
 - 12.4 Competência, 1101
 - 12.5 Interesse de Agir, 1102
 - 12.6 Pedido, 1103
 - 12.7 Procedimento, 1103
 - 12.8 Decisão e Recursos, 1104
- 13 Ação Civil Pública, 1105
 - 13.1 Conceito e Fontes Normativas, 1105
 - 13.2 Bens Tutelados, 1106
 - 13.3 Espécies de Tutela, 1108
 - 13.4 Partes, 1109
 - 13.5 Sentença e Coisa Julgada, 1110
- 14 Ação de Improbidade Administrativa, 1111
 - 14.1 Conceito e Fontes Normativas, 1111
 - 14.2 A Questão da Competência, 1113
 - 14.3 Sujeito Passivo, 1114
 - 14.4 Sujeito Ativo, 1116
 - AGENTES PÚBLICOS, 1116
 - AGENTES POLÍTICOS, 1119
 - TERCEIROS, 1121

- 14.5 Tipologia de Improbidade, 1122
 - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, 1123
 - DANOS AO ERÁRIO, 1124
 - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS, 1126
 - ORDEM URBANÍSTICA, 1128
 - CONFLITO DE INTERESSES, 1128
- 14.6 Sanções, 1129
 - BASE LEGAL E MODALIDADES, 1129
 - NATUREZA JURÍDICA, 1129
 - CONSTITUCIONALIDADE DA RELAÇÃO DE SANÇÕES, 1130
 - APLICABILIDADE, 1130
 - PARTICULARIDADE DAS SANÇÕES, 1133
- 14.7 Procedimentos Administrativo e Judicial, 1140
 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, 1140
 - PROCEDIMENTO JUDICIAL, 1142
- 14.8 Prescrição, 1147

VI O Poder Público em Juízo, 1149

- 1 Capacidade Processual, 1149
- 2 Pessoas Federais, 1150
- 3 Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital, 1152
- 4 Pessoas Municipais, 1154
- 5 Representação Judicial, 1154
- 6 Particularidades Processuais, 1156
- 7 Despesas Judiciais, 1164
- 8 Pagamento dos Créditos de Terceiros, 1166

VII Súmulas, 1173

16 Bens Públicos, 1179

- I Introdução, 1179
 - 1 Domínio Público, 1179
 - 2 Domínio Eminente, 1180
- II Conceito, 1181
- III Bens das Pessoas Administrativas Privadas, 1182
- IV Classificação, 1184
 - 1 Quanto à Titularidade, 1184
 - 1.1 Bens Federais, 1184
 - 1.2 Bens Estaduais e Distritais, 1186
 - 1.3 Bens Municipais, 1186
 - 2 Quanto à Destinação, 1186
 - 2.1 Bens de Uso Comum do Povo, 1187
 - 2.2 Bens de Uso Especial, 1187
 - 2.3 Bens Dominicais, 1188

- 3 Quanto à Disponibilidade, 1190
 - 3.1 Bens Indisponíveis, 1190
 - 3.2 Bens Patrimoniais Indisponíveis, 1190
 - 3.3 Bens Patrimoniais Disponíveis, 1191
- V Afetação e Desafetação, 1191
- VI Regime Jurídico, 1193
 - 1 Alienabilidade Condicionada, 1193
 - 2 Impenhorabilidade, 1194
 - 3 Imprescritibilidade, 1195
 - 4 Não Onerabilidade, 1197
- VII Aquisição, 1197
 - 1 Introdução, 1197
 - 2 Classificação, 1198
 - 3 Formas de Aquisição, 1198
 - 3.1 Contratos, 1198
 - 3.2 Usucapião, 1200
 - 3.3 Desapropriação, 1200
 - 3.4 Acesso, 1201
 - 3.5 Aquisição *Causa Mortis*, 1201
 - 3.6 Arrematação, 1202
 - 3.7 Adjudicação, 1203
 - 3.8 Resgate na Enfiteuse, 1203
 - 3.9 Aquisição *Ex Vi Legis*, 1203
- VIII Gestão dos Bens Públicos, 1205
 - 1 Sentido, 1205
 - 2 Uso dos Bens Públicos, 1206
 - 3 Formas de Uso, 1206
 - 3.1 Uso Comum, 1207
 - 3.2 Uso Especial, 1208
 - 3.3 Uso Compartilhado, 1209
 - 3.4 Cemitérios Públicos, 1211
 - 4 Uso Privativo, 1213
 - 4.1 Autorização de Uso, 1215
 - 4.2 Permissão de Uso, 1217
 - 4.3 Concessão de Uso, 1219
 - 4.4 Concessão de Direito Real de Uso, 1221
 - 4.5 Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, 1224
 - 4.6 Cessão de Uso, 1228
 - 4.7 Formas de Direito Privado, 1230
 - ENFITEUSE, 1230
 - DIREITO DE SUPERFÍCIE, 1232

LOCAÇÃO, 1234

COMODATO, 1235

IX Alienação, 1235

1 Considerações Gerais, 1235

2 Competência Normativa e Reguladora, 1236

3 Instrumentos Comuns, 1237

3.1 Venda, 1237

3.2 Doação, 1239

3.3 Permuta, 1241

3.4 Dação em pagamento, 1241

4 Instrumentos Específicos, 1242

4.1 Concessão de Domínio, 1242

4.2 Investidura, 1243

4.3 Incorporação, 1244

4.4 Retrocessão, 1244

4.5 Legitimação de Posse, 1245

X Espécies de Bens Públicos, 1247

1 Terras Devolutas, 1247

2 Terrenos de Marinha, 1249

3 Terrenos Acrescidos, 1252

4 Terrenos Reservados, 1252

5 Terras Ocupadas pelos Índios, 1253

6 Plataforma Continental, 1254

7 Ilhas, 1254

8 Faixa de Fronteiras, 1257

9 Subsolo e Riquezas Minerais, 1258

XI Águas Públicas, 1259

MAR TERRITORIAL, 1261

XII Súmulas, 1262

Referências bibliográficas, 1263

Índice remissivo, 1289